

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.091 - PI
(2019/0224589-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MAGNO MACÊDO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

MAGNO MACÊDO agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** na Apelação Criminal n. 2017.0001.002085-0.

O insurgente foi condenado, em primeira instância, pelo crime do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, por três vezes. O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva e, dessa forma, manteve a pena definitiva em 13 anos de reclusão mais 130 dias-multa, em regime inicial fechado.

Nas razões do especial, o agravante apontou a violação dos arts. 50, § 2º, 60, 157, § 2º, I, e 180, todos do Código Penal. Pleiteou, em síntese, a desclassificação do roubo para receptação, o decote da majorante relativa à arma de fogo e a redução da pena de multa.

O especial foi inadmitido em juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal local, às fls. 275-276, o que motivou a interposição desta impugnação.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 320-324, pelo não provimento do agravo.

Decido.

I. Desclassificação – inviabilidade

A defesa requer a desclassificação do crime de roubo majorado para o de receptação. Argumenta: "ficou evidente que o recorrente cometeu o crime de receptação, uma vez que foi encontrado conduzindo uma motocicleta, produto de crime, porém, o mesmo não participou do roubo do referido veículo" (fl. 254).

O acórdão recorrido explicitou (fl. 239):

[...]

Pelo que consta dos autos, a materialidade e a autoria delitiva restam suficientemente demonstradas pelos Autos de Prisão em Flagrante (fls. 07/43), de Reconhecimento de Pessoa (fl. 15 e 18), de Apresentação e Apreensão (fl. 19), de Restituição (fl. 38) e prova oral coligida aos autos (fls. 09/12, 16, mídia audiovisual DVD de fl. 91), com destaque, especialmente, para a declaração prestada pela vítima Plínio Oliveira Coelho, que em Juízo, narra como se deu a abordagem do apelante, com ênfase para utilização da arma de fogo, tendo-o reconhecido pelo fato de que o capacete utilizado não possuía viseira, possibilitando, então, a identificação do seu rosto.

A outra vítima Rosana Porto Dourado, ouvida na fase policial (fl. 12), afirma que:

(...) uma mulher desceu da motocicleta Honda/Pop 100 preta e apontando um revólver na sua direção e anunciou o assalto, ordenando que entregasse o dinheiro e o aparelho celular; Que diante da grave ameaça, entregou para a mulher o seu aparelho celular (...). Que na sala de reconhecimento da Central de Flagrantes, reconheceu MAGNO MACÊDO como sendo o indivíduo que durante o roubo dos seus pertences pilotava a motocicleta Honda/Pop 100 de cor preta (...).

Em contrapartida, tem-se a versão do apelante Magno Macêdo, que, em Juízo (DVD de fl. 91), nega a autoria delitiva, alegando que apenas conduzia a motocicleta e prestando então um favor para uma amiga chamada "Carol". Logo, a versão defensiva tipificaria a conduta do apelante de receptação e não de roubo.

Contudo, restou claro que a conduta do apelante configura o crime de roubo, uma vez que preenche todos os seus requisitos, afastando de consequência, do crime de receptação, por não preencher os quesitos deste delito.

Dessa forma, restando, de um lado, isolada a versão defensiva da negativa de autoria e, de outro, uníssonas e coerentes as apresentadas pelos policiais militares que realizaram o flagrante e pelas vítimas, constata-se a presença de elementos suficientes para consubstanciar a prova da autoria delitiva.

A Corte de origem asseverou a presença de elementos

probatórios suficientes para comprovação da prática do crime de roubo pelo acusado, inclusive com referência ao reconhecimento pessoal das vítimas.

Dessa forma, a desclassificação pretendida (receptação) incorreria no óbice previsto na Súmula n. 7 do STJ, o que inviabiliza a admissibilidade do recurso especial.

II. Arma de fogo não apreendida – decote inviável

A parte se insurge contra o reconhecimento da majorante relativa à utilização de arma de fogo. Argumenta: "é inadmissível a majoração do crime de roubo pelo uso de arma, uma vez que a referida arma sequer foi apreendida e consequentemente não houve laudo que possa atestar a lesividade através de sua perícia" (fl. 255).

O Tribunal de origem consignou (fls. 241-242):

[...]

A ameaça exercida com emprego de arma resta evidenciada pelas declarações prestadas pelas vítimas Plínio Oliveira Coelho (mídia audiovisual DVD de fl. 91) e Rosana Porto Dourado (fase policial – fl. 12).

Consoante já tratado no tópico anterior, em se tratando de crime de roubo, costumeiramente praticado sem grandes alardes, a palavra da vítima prevalece sobre a negativa do agente, sobretudo quando firme e coerente com a dinâmica dos fatos e com os demais elementos de provas.

Importante frisar que a falta de apreensão da arma não constitui motivo para o afastamento da qualificadora prevista no art. 157, § 1º, I, do Código Penal.

A Terceira Seção do STJ pacificou que, "no crime de roubo, a incidência da majorante relativa ao emprego de arma prescinde de sua apreensão e perícia, ainda que se trate de arma branca, sendo possível demonstrar-se sua utilização mediante outros meios de prova" (**AgRg no AREsp n. 194.561/RS**, Rel. Ministra **Assusete Magalhães**, 6ª T., DJe 21/3/2013). E mais: **AgRg no AREsp n. 151.158/RS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 21/8/2013; **AgRg no Ag n. 1.285.239/RJ**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 13/8/2013).

O acórdão decidiu em consonância com a

jurisprudência desta Corte Superior sobre a questão, haja vista a desnecessidade de perícia a fim de comprovar a potencialidade lesiva da arma para a incidência da majorante no crime de roubo, **notadamente como no caso dos autos, em que foi confirmado o emprego do objeto por meio da prova oral produzida na instrução do feito.**

III. Pena de multa

A defensoria alega a desproporcionalidade da quantidade de dias-multa definida, além da hipossuficiência financeira do acusado. Aduz: "o Recorrente não possui condição financeira favorável e foi condenado à pena de multa respectivamente á 130 (cento e trinta) dias-multa, tais valores não correspondem à capacidade econômica do Recorrente" (fl. 257).

Consta do julgado impugnado (fl. 243):

[...]

Na hipótese, a magistrada *a quo* fixou a pena de multa em 130 (cento e trinta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à data do fato, o que se mostra proporcional à pena privativa de liberdade. Ademais, trata-se de obrigação imposta no caput do art. 157 do CP, o qual prevê "reclusão, de quatro a dez anos, e multa".

Com efeito, a pena de multa deve ser fixada em duas etapas: na primeira ocorre a definição da quantidade de dias-multa – de acordo com as circunstâncias do art. 59 do Código Penal. A situação econômica dos acusados não influi no cálculo dessa quantidade. Na segunda, a fim de arbitrar o valor de cada dia-multa, considera-se a capacidade econômica dos réus.

Nesse sentido:

A estipulação da quantidade de dias-multa não leva em consideração a capacidade financeira do condenado, mas, a partir das cominações mínima e máxima abstratamente previstas para a pena pecuniária, é estabelecida a quantidade de dias que seja proporcional ao *quantum* da pena privativa de liberdade, com observância das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal" (**AgRg no AREsp n. 584.121/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6º T., DJe 18/12/2014).

Vale ressaltar que não existe previsão legal para isenção da

pena de multa constante no preceito secundário da norma penal e não a justifica a hipossuficiência financeira. No caso, o dia-multa foi fixado na fração de 1/30 do salário mínimo da época.

Além disso, não se mostra desproporcional a quantidade de dias-multa fixada na origem, haja vista o agravante haver sido condenado por três delitos de roubo, em concurso formal e material, o que, nos termos do art. 72 do CP, implica a soma integral das penas de multa.

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator